

BOLETIM DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA / SUAS
ABRIL/2017

Boletim da Subsecretaria de Assistência Social
Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais

nº 1

**População Indígena: estudo técnico sobre as características e as ofertas da
Proteção Social Básica no Estado de Minas Gerais**

1. Introdução

O Informe PSB é um mecanismo de comunicação e diálogo da Proteção Social Básica, em Minas Gerais, que visa publicizar informações e disseminar conteúdos que apoiem as atividades dos trabalhadores, usuários, entidades e gestores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No mês em que é comemorado o dia do índio, o Informe PSB Nº 01/2017 aborda o atendimento da população indígena no SUAS. No documento são sistematizados dados e formuladas análises sobre a inclusão e caracterização dessa população no Cadastro Único para Programas Sociais

(CadÚnico) e a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais para essa população. Visando orientar as ações de prevenção, também são abordados aspectos sobre a incidência de vulnerabilidades e riscos sociais da população indígena no Estado de Minas Gerais.

Inicialmente, é importante esclarecer quem é considerado índio e qual a definição de comunidade indígena. O pesquisador e professor de antropologia do Museu Nacional (UFRJ) e sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), Eduardo Viveiros de Castro, define esses conceitos da seguinte forma:

- **Índio** é qualquer membro de uma comunidade indígena, reconhecido por ela como tal.
- **Comunidade indígena** é toda comunidade fundada em relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas.

De acordo com a Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), em Minas Gerais existem 12 etnias indígenas. São elas: Maxakali, Xakriabá, Krenak, Aranã, Mukuriñ, Pataxó, Pataxó

hã-hã-hãe, Catu-Awá-Arachás, Caxixó, Puris, Xukuru-Kariri e Pankararu. Essas etnias são pertencentes ao tronco linguístico Macrô-Jê, mas apesar disso possuem histórias, línguas, culturas e

saberes diferentes, demonstrando a riqueza da diversidade sociocultural dessas populações. Em Minas Gerais há 31.677 indígenas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010). Destes, 9.682

residem em aldeias e 21.995 estão fora de territórios indígenas.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) existem em Minas Gerais 65 aldeias indígenas, que perpassam por 21 municípios, sendo eles:

Municípios que possuem aldeias indígenas em Minas Gerais

Município	Porte (IBGE 2010)	Território de Desenvolvimento
Açucena	Pequeno I	Vale do Aço
Araçuaí	Pequeno II	Médio e Baixo Jequitinhonha
Araponga	Pequeno I	Caparaó
Belo Horizonte	Metrópole	Metropolitana
Bertópolis	Pequeno I	Mucuri
Caldas	Pequeno I	Sul
Carmesia	Pequeno I	Metropolitana
Coronel Murta	Pequeno I	Médio e Baixo Jequitinhonha
Governador Valadares	Grande	Vale do Rio Doce
Guanhães	Pequeno II	Metropolitana
Itacarambi	Pequeno I	Norte
Itapecerica	Pequeno II	Oeste
Ladainha	Pequeno I	Mucuri
Martinho Campos	Pequeno I	Oeste
Montes Claros	Grande	Norte
Pirapora	Médio	Norte
Pompeu	Pequeno II	Central
Resplendor	Pequeno I	Vale do Rio Doce
Santa Helena de Minas	Pequeno I	Mucuri
São João das Missões	Pequeno I	Norte
Teófilo Otoni	Grande	Mucuri

Fonte: FUNAI/2010 - elaboração própria.

2. Dados gerais do Cadastro Único e Programa Bolsa Família

O CadÚnico¹ é um instrumento operado pelos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e utilizado para cadastrar e caracterizar pessoas e famílias com baixa renda (até três salários mínimos mensais por

família ou meio salário mínimo mensal *per capita*) e/ou que vivenciem situações de vulnerabilidade social. O Cadastro também subsidia o planejamento de diversas políticas sociais e, no caso da Assistência Social, ele é uma das ferramentas que orienta a gestão da oferta de serviços e benefícios socioassistenciais.

¹ A referência de extração da base do CadÚnico para os dados citados é o mês de fevereiro de 2017.

Atualmente, em Minas Gerais, estão inscritas no CadÚnico 11.543 pessoas e 3.181 famílias que se declaram indígenas. Dentre as famílias inscritas,

cerca de 73% são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e do total de pessoas, cerca de 78% possuem o benefício, conforme mostra o quadro abaixo:

População indígena inscrita no CadÚnico e beneficiária do Bolsa Família

Famílias indígenas inscritas no CadÚnico	3.181
Pessoas indígenas inscritas no CadÚnico	11.543
Famílias indígenas beneficiárias do PBF	2.338
Pessoas indígenas beneficiárias do PBF	9.108
Percentual de Famílias indígenas beneficiárias do PBF	73,50
Percentual de Pessoas indígenas beneficiárias do PBF	78,90

Fonte: CECAD/MDS - Fevereiro 2017 - elaboração própria.

Percebe-se uma distância entre os dados do IBGE e os do CadÚnico. Essa diferença pode estar associada aos objetivos distintos de cada coleta de informação. O IBGE realiza uma contagem de toda a população indígena do estado. Já o CadÚnico busca a inserção

dessa mesma população, mas com foco naqueles que vivenciam situação de pobreza. Na tabela abaixo podemos observar os municípios que concentram as maiores populações indígenas de Minas Gerais, segundo dados do IBGE.

Municípios com as maiores populações indígenas, por situação do domicílio/ Minas Gerais - 2010

	Total			Urbano			Rural		
	Código	Município	POP	Código	Município	POP	Código	Município	POP
1	3162450	São João das Missões	7.936	3106200	Belo Horizonte	3.477	3162450	São João das Missões	7.528
2	3106200	Belo Horizonte	3.477	3170206	Uberlândia	906	3157658	Santa Helena de Minas	741
3	3170206	Uberlândia	926	3118601	Contagem	805	3106606	Bertópolis	499
4	3118601	Contagem	810	3154606	Ribeirão das Neves	677	3154309	Resplendor	348

5	3157658	Santa Helena de Minas	758	3136702	Juiz de Fora	633	3113800	Carmésia	238
6	3154606	Ribeirão das Neves	677	3143302	Montes Claros	598	3137007	Ladainha	208
7	3136702	Juiz de Fora	639	3106705	Betim	497	3132107	Itacarambi	207
8	3143302	Montes Claros	625	3162450	São João das Missões	408	3119500	Coronel Murta	79
9	3106606	Bertópolis	505	3170107	Uberaba	403	3110301	Caldas	73
10	3106705	Betim	498	3127701	Governador Valadares	334	3139300	Manga	70

Fonte: Censo IBGE/2010

Podemos verificar na tabela que o município de São João das Missões com 7.936 e Belo Horizonte com 3.477, possuem as maiores populações indígenas em áreas rural e urbana, respectivamente.

Dados do IBGE², analisados pelo ISA, revelam que a presença de indígenas em áreas urbanas tem crescido desde a inclusão da categoria indígena no censo, em 1991. Além disso, demonstram que nos resultados do censo de 2010 foi detectada uma diminuição da população indígena residindo em áreas rurais.

Dos 853 municípios mineiros, 79 municípios possuem indígenas em seu território, aldeados e não aldeados, presentes em áreas rurais e urbanas, conforme registros do CadÚnico. Destes

municípios, 53% são de pequeno porte I, 18% pequeno porte II, 13% médio porte, 15% grande porte e a metrópole/Belo Horizonte.

Segundo dados do IBGE, a maior parte da população indígena reside fora das aldeias. Quando observamos o CadÚnico percebemos que além de estar fora dos territórios indígenas, também se nota uma predominância dessa população em municípios com características rurais onde o acesso a bens e serviços públicos são mais restritos, sobretudo para aqueles que vivem em áreas consideradas isoladas. Ao observarmos o local de residência dos indígenas no CadÚnico verificamos que 83% deles residem em área rural e 17% moram em área urbana. A forte presença de indígenas residindo em área rural no CadÚnico pode estar associada à maior incidência da pobreza no campo,

² Informação acessada em 18/04/2017: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/o-censo-2010-e-os-povos-indigenas>

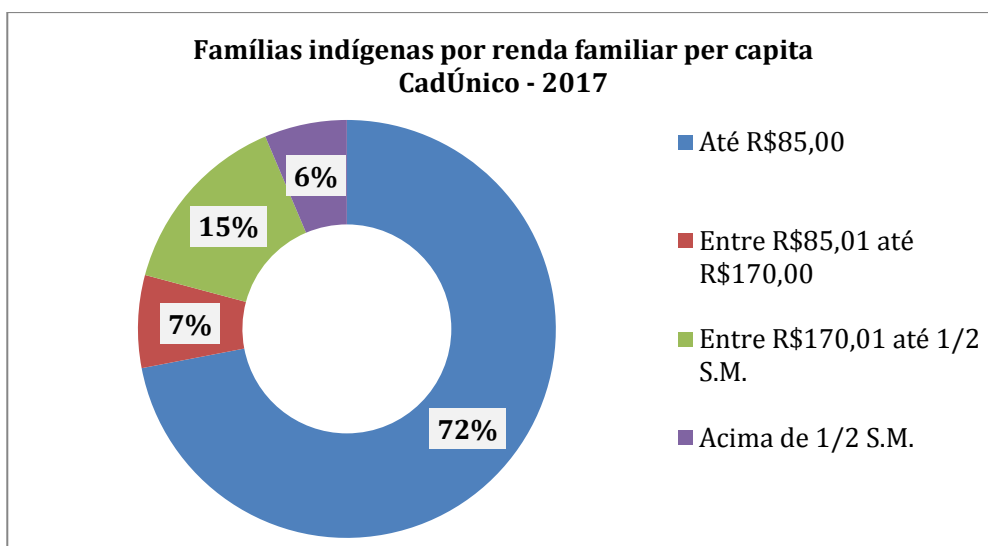
atingindo principalmente os grupos populacionais tradicionais e específicos.

3. Caracterização da população indígena no CadÚnico

O CadÚnico vem se afirmando como principal ferramenta de identificação do público da Assistência Social e de acesso aos benefícios e serviços socioassistenciais. A

identificação das famílias de baixa renda é uma atividade contínua e que exige dos gestores e profissionais da Assistência Social a análise frequente das famílias em situação de pobreza identificadas e não identificadas; famílias que vivenciam situação de privação de direitos; famílias que não estão cadastradas ou possuem suas informações desatualizadas.

Na figura abaixo temos a distribuição das famílias indígenas por faixa de renda familiar *per capita*.



Fonte: CECAD/MDS - fevereiro 2017 - elaboração própria.

As famílias em situação de extrema pobreza representam 72% dos indígenas cadastrados. Se considerarmos o perfil de acesso ao Programa Bolsa Família (até R\$ 170,00) esse quantitativo chega a 85% dos indígenas inscritos no CadÚnico. Considerando que 73% dos indígenas são beneficiários do PBF, podemos inferir que 12% dos indígenas de Minas Gerais têm perfil de acesso, mas não estão acessando o benefício.

Quanto ao gênero da população indígena no CadÚnico 5.771 são do sexo masculino e 5.772 são do sexo feminino. Há em Minas Gerais 117 pessoas indígenas com deficiência e 470 (4%) idosos indígenas. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um importante mecanismo de proteção da população idosa e com deficiência de baixa renda, uma vez que garante a transferência mensal de um salário mínimo aos idosos acima de 65 anos e às

pessoas com deficiência que tenham impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Indígenas com 65 anos ou mais, bem como aqueles que possuem deficiências, cuja renda mensal seja inferior a ¼ do salário mínimo, podem acessar o BPC.

É possível perceber que grande parte da população indígena se concentra na faixa etária de 07 a 17 anos, totalizando 5.292 (46%) pessoas em Minas Gerais. Em sequência há 1.863 (16%) pessoas com idade entre 18 a 24 e entre 25 a 59, 3.918 (34%). A população indígena com 65 anos ou mais representa, de acordo com dados do CadÚnico, apenas 2,3% do total (265 pessoas) conforme demonstrado na figura a seguir:

6

Faixa etária indígenas CadÚnico		
Sim	Não	%
Entre 0 e 4	1.136	9,84
Entre 5 a 6	609	5,28
Entre 7 a 15	2.921	25,31
Entre 16 a 17	626	5,42
Entre 18 a 24	1.863	16,14
Entre 25 a 34	1.786	15,47
Entre 35 a 39	648	5,61
Entre 40 a 44	468	4,05
Entre 45 a 49	397	3,44
Entre 50 a 54	349	3,02
Entre 55 a 59	270	2,34
Entre 60 a 64	205	1,78
Maior que 65	265	2,30
Sem Resposta	0	0,00
Total	11.543	100,00

Fonte: CECAD/MDS - Fevereiro 2017 - elaboração própria.

4. Acesso à Proteção Social Básica

A população indígena é público prioritário da política de Assistência Social, visto às múltiplas vulnerabilidades e riscos sociais em que essas famílias se encontram. Assim, a Proteção Social Básica é responsável pelo

atendimento e acompanhamento das famílias e comunidades visando à proteção socioassistencial, promoção de suas potencialidades e a prevenção de riscos sociais. Esse trabalho é realizado pelas equipes de referência dos Centros

de Referência de Assistência Social (CRAS), através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o qual possui caráter protetivo, proativo e preventivo. (BRASIL, 2012).

A execução do PAIF no contexto das famílias indígenas deve considerar as diversidades socioculturais, bem como os diversos arranjos familiares, os valores morais e outras especificidades dessa população.

É muito comum, entre os indígenas, a preponderância das famílias extensas³ em relação às atividades econômicas, políticas, rituais e guarda das crianças; mas também encontramos clãs, classes de idade, metades⁴ como elementos estruturantes da organização social e do convívio comunitário. (BRASIL, 2016)

Para complementação das ações do PAIF, existe o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que é ofertado em grupos e organizado conforme o ciclo de vida. Esse serviço tem como objetivo potencializar o sentimento de pertença e de identidade, além de estimular a construção e reconstrução das histórias individuais e coletivas. O SCFV pode ser ofertado dentro dos CRAS ou na comunidade

³ Rede familiar ligando consanguíneos, aliados e descendentes ao longo de ao menos três gerações. (BRASIL, 2016)

⁴ Algumas sociedades indígenas são organizadas em metades. Isso significa que elas são divididas em dois grupos (daí o termo “metades”), que têm funções econômicas, sociais e rituais bem definidas pela tradição. (BRASIL, 2016)

indígena desde que esteja articulado com o PAIF. (MINAS GERAIS, 2016)

A oferta dos serviços socioassistenciais deve contar com a prévia negociação junto às lideranças indígenas. Antes de iniciar as ações, é importante também que as equipes dos CRAS tenham o consentimento das famílias a serem atendidas e/ou acompanhadas. (BRASIL, 2016)

Os serviços ofertados pela Assistência Social devem sempre visar os indígenas em sua totalidade, englobando sua cultura, diversidade e ritos. Os atendimentos devem ser realizados em consonância com os princípios éticos do SUAS e os profissionais devem acessar capacitações continuadas. O trabalho em conjunto com a rede, tanto socioassistencial quanto intersetorial, também é importante para que sejam consideradas e respeitadas as particularidades indígenas.

Famílias de baixa renda residindo em áreas rurais e/ou grupos populacionais tradicionais e específicos vivenciam maiores dificuldades de acesso aos serviços públicos e podem demandar estratégias diferenciadas para sua inclusão.

De acordo com CENSO SUAS – CRAS/2015, há 18 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que possuem população indígena em seu território de abrangência. A presença de população indígena no CadÚnico foi registrada em 79 municípios. Porém,

apenas 17 municípios informaram que atenderam essa população no Censo SUAS – CRAS/2015.

Das etnias existentes no estado, a Xakriabá é o grupo mais populoso, localizado em sua maioria no município de São João das Missões. Nesta localidade há o CRAS Indígena Xakriabá fixado dentro da aldeia. Segundo o Cadastro Único há 1.232 indígenas inscritos na

cidade, sendo que 962 recebem o Bolsa Família. (ANAI, 2017)

O CRAS de Jequitinhonha, que não possui população indígena em sua área de abrangência, declarou ter feito atendimento a esse público, conforme demonstra a tabela abaixo. Acredita-se que este fato pode ter sido motivado pelo atendimento a população indígena em trânsito ou migrante.

CRAS que declararam existência de população indígena em seu território de abrangência		CRAS que atenderam população indígena	
Município	Nº de CRAS	Município	Nº de CRAS
Açucena	1	Açucena	1
Araçuaí	2	Araçuaí	2
Bertópolis	1	Bertópolis	1
Caldas	1	Caldas	1
Carmésia	1	Carmésia	1
Coronel Murta	1	Coronel Murta	1
Guanhães	1	Guanhães	1
Itapeçerica	1	Itapeçerica	1
Ladainha	1	Jequitinhonha	1
Machacalis	1	Ladainha	1
Martinho Campos	1	Machacalis	1
Resplendor	1	Martinho Campos	1
Santa Helena de Minas	1	Resplendor	1
São Gonçalo do Sapucaí	1	Santa Helena de Minas	1
São João Das Missões	1	São Gonçalo do Sapucaí	1
Teófilo Otoni	1	São João Das Missões	1
Uruana de Minas	1	Uruana de Minas	1
Total	18	Total	18

Fonte: CENSO SUAS / CRAS 2015 - elaboração própria.

4.1 Busca ativa⁵

Realizada pelas equipes do CRAS, a busca ativa⁵ é uma estratégia que

facilita o acesso da população aos serviços e benefícios. Seu foco são os possíveis usuários da Proteção Social Básica que ainda não acessaram o CRAS por demanda espontânea ou por encaminhamento de outras áreas.

A realização da busca ativa pressupõe o diagnóstico e é por ele viabilizada, no sentido de propiciar ao CRAS exercer sua função preventiva e proativa. (MINAS GERAIS, 2016) A busca

⁵ A busca ativa, de acordo com as *Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social* (MDS, 2009), é a procura intencional que a equipe da PSB realiza no território, visando a identificar as situações de maior vulnerabilidade, conhecer melhor o território e a realidade local.

ativa, também, permite a inclusão e atualização dos dados dessas famílias no CadÚnico que é a principal forma de acesso ao Programa Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada. Ressalta-se que para essas famílias manterem seus benefícios é preciso atualizar o Cadastro a cada 2 anos, fato que pode ensejar uma ação proativa e a realização dessa atualização nos territórios.

Com relação aos 11.543 cidadãos indígenas cadastrados no CadÚnico, 2.792 estão com o cadastro desatualizado, totalizando 24,18%. Destes 2.792, aproximadamente 1961 pessoas e famílias residem na área rural, ou seja, 70,23%. Necessita-se, nesses casos, de uma busca ativa da equipe do CadÚnico para a atualização dos dados cadastrais da população indígena. O processo de busca ativa pelas equipes justifica-se pelo fato dessa população possuir uma dificuldade de acesso aos serviços, programas e benefícios da Proteção Social Básica ao CadÚnico. De acordo com dados do Programa Bolsa Família na Saúde da 2ª vigência de 2016, o qual realiza o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família realizados pelas equipes de Saúde, havia, em Minas Gerais, 2019 famílias indígenas a serem acompanhadas. Destas, foram acompanhadas 1785 famílias, sendo 86,77% do total. Este acompanhamento é realizado com gestantes e crianças. No

ano indicado foram acompanhadas 1.556 crianças e 147 gestantes. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016) A respeito destes acompanhamentos percebemos que o município de São João das Missões possui 75% das famílias com gestantes e crianças acompanhadas por este programa.

4.2 Equipes Volantes

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) estabelece que a equipe volante é responsável pelo deslocamento dos serviços de proteção social básica às famílias residentes em territórios extensos, isolados, com espalhamento ou baixa densidade demográfica.

Trata-se de uma equipe adicional referenciada a um CRAS preexistente, cuja função é realizar o atendimento das famílias que vivem em locais muito distantes do equipamento principal, com difícil acesso, em zona rural ou comunidades tradicionais dispersas.

No caso de Minas Gerais, estado com grande diversidade regional e grande extensão territorial, a implantação de equipes volantes representa uma estratégia de grande potencial para garantir o acesso de populações que vivem no campo e enfrentam dificuldades de deslocamento. Segundo o Relatório de Informações Sociais (RI/SAGI - 2017), existem 183

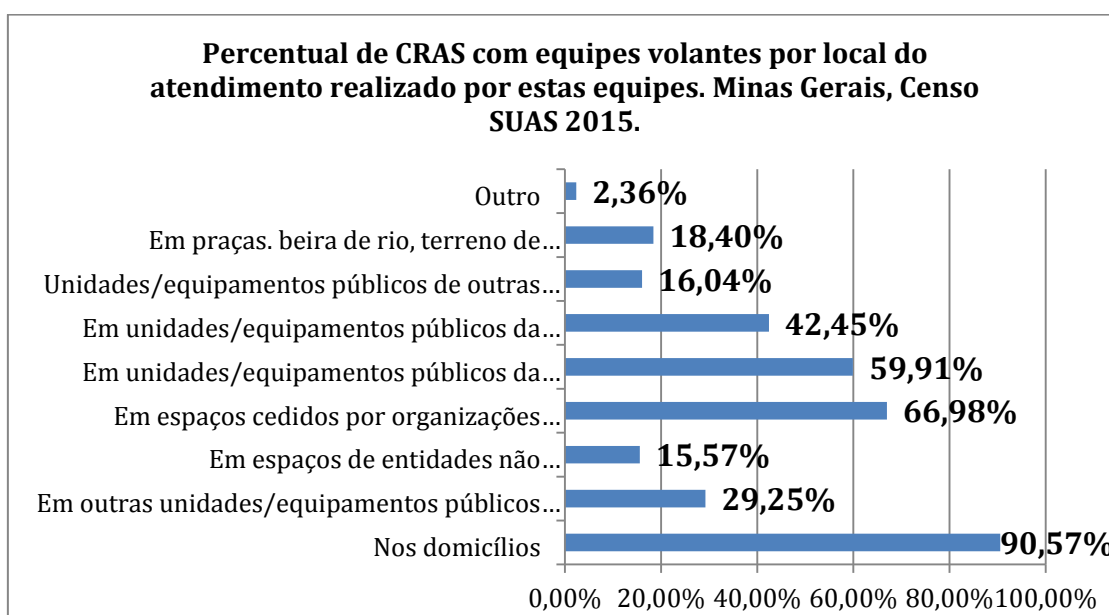
equipes volantes em 156 municípios em nosso estado.

Considerando que o atendimento pela equipe volante não ocorre na base física do CRAS, os três espaços mais utilizados são: os domicílios 90,57% (192); os espaços cedidos por organizações comunitárias locais não conveniadas com a Assistência Social (Igrejas, Associação de Moradores, Ongs não conveniadas, etc), conforme informado somam 66,98% (142) das unidades: e por fim, as unidades/equipamentos públicos da área

de educação, informadas por 59,91% (127) CRAS.

Além desses locais, o atendimento pela equipe volante é realizado em diferentes espaços, como outras unidades/equipamentos públicos da Assistência Social, em espaços de entidades não governamentais conveniadas com a Assistência Social, em unidades/equipamentos públicos da área da Saúde e outras políticas públicas, em praças, terreno da comunidade, espaços alugados, fazendas, dentre outros. A figura abaixo permite visualizar essas informações.

Local de atendimento



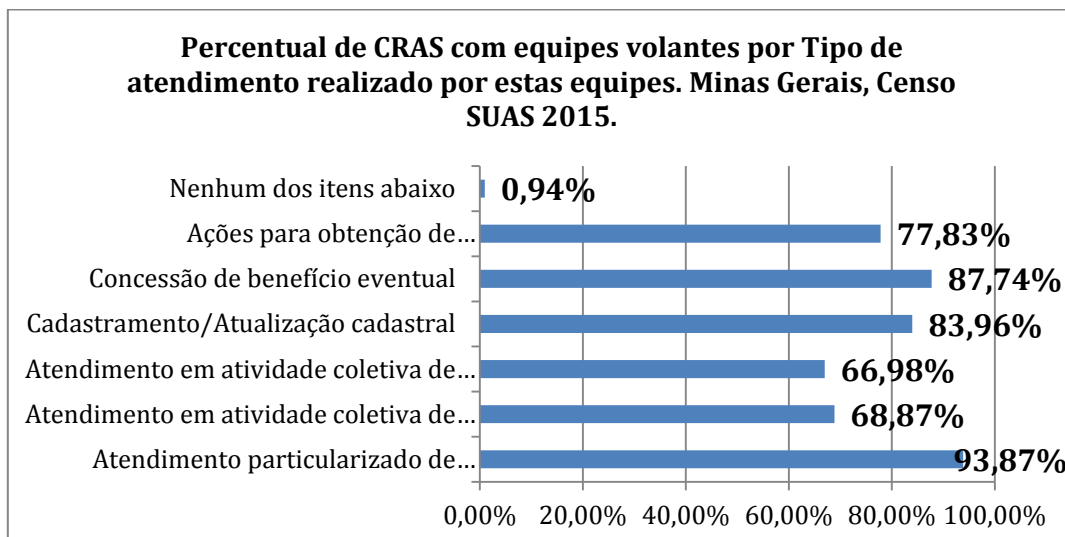
Fonte: CENSO SUAS / CRAS 2015 - elaboração própria.

No que se refere às ações realizadas pela equipe volante nas comunidades, o trabalho social com famílias é desenvolvido por meio de processos de atendimento ou acompanhamento familiar,

particularizado ou em grupo, de acordo com as especificidades socioterritoriais.

Desse modo, tem-se que, o atendimento mais frequente pelas equipes volantes é o particularizado de famílias ou indivíduos, informado por 206 CRAS, conforme apresentado o gráfico a seguir.

Tipos de atendimentos



11

Fonte: CENSO SUAS / CRAS 2015 - elaboração própria.

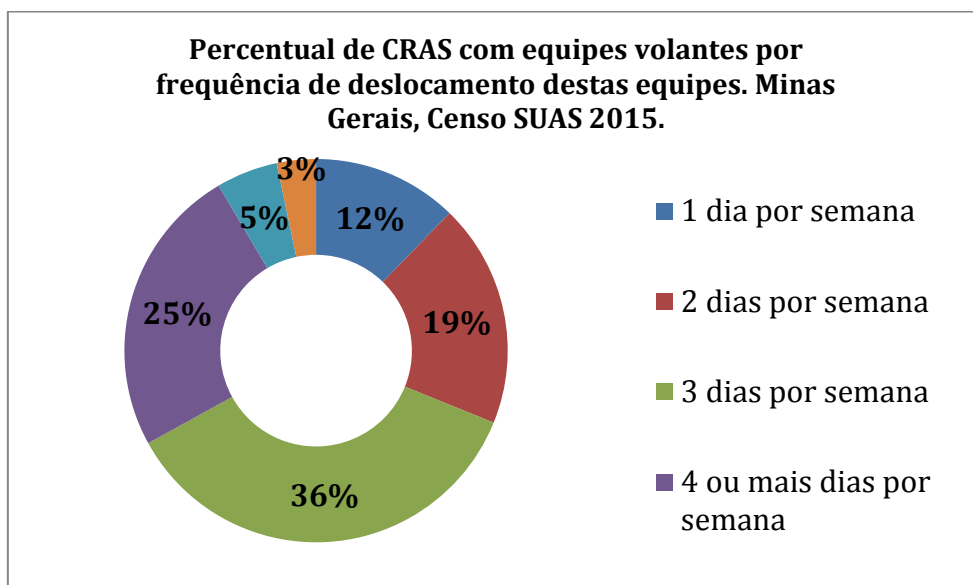
Ainda sobre os tipos de atendimentos que são realizados pelas equipes volantes, dados do Censo 2015 apontam que a concessão de benefício eventual com 87,74% (186) registros e o Cadastramento/Atualização Cadastral com 83,96%, são procedimentos realizados com frequência por essas equipes.

No que se refere à presença de veículo para viabilizar os serviços executados por equipe volante, 52,83% (112) dos CRAS possuem veículo de uso exclusivo, enquanto 56,13% (119) possuem veículo de uso compartilhado. Importante destacar que não possuir veículo exclusivo não caracteriza impedimento para a equipe se deslocar, como pode ser verificado neste mesmo gráfico. Dos CRAS que possuem equipes

volantes, 38 CRAS responderam que usam outras formas para se chegar ao usuário em territórios distantes, utilizando-se de automóveis particulares, cavalo, automóvel exclusivo, e até mesmo a pé, dentre outras.

É necessário que haja frequência na realização do atendimento nas áreas e/ou comunidades referenciadas pela equipe volante. Nota-se que em 2015, 60,38% (128) unidades informaram se deslocar com uma frequência que variava de 3 a 4 dias ou mais por semana, enquanto 18,87% (40) se deslocam 2 dias por semana e aqueles que informaram uma frequência de 1 dia por semana, quinzenalmente ou até uma vez por mês ou menos, somaram 20,75%, ou seja 44 unidades, como pode ser observado na figura abaixo:

Frequência do deslocamento equipe volante



Fonte: CENSO SUAS / CRAS 2015 - elaboração própria.

Em 2016, a SEDESE, a fim de reafirmar seu compromisso direcionou seus esforços ao enfrentamento da Pobreza no Campo e disponibilizou veículos para as equipes dos CRAS, fortalecendo a atuação do PAIF, inclusive de equipes volantes, no combate à pobreza de comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) e grupos populacionais específicos (assentados, acampados e ribeirinhos). Para 2017 está prevista uma outra doação de veículos para equipes volantes.

5. Articulação Intersetorial

Um dos princípios organizativos do SUAS se refere à intersectorialidade a qual consiste em articular a política de assistência social com diferentes setores das demais políticas públicas, de maneira que a população seja protegida integralmente, superando a atuação fragmentada, conforme preconiza a NOB/SUAS, 2012.

(BRASIL, 2012). Tendo em vista que a vulnerabilidade social é um fenômeno multidimensional, o seu enfrentamento deve ocorrer em conjunto com as diversas políticas públicas. Destaca-se que as políticas de Saúde e Educação que já possuem uma intensa articulação com a Assistência Social.

O Ministério da Saúde possui a Secretaria Especial de Saúde Indígena que realiza programas e projetos que viabilizam a prevenção e a promoção à saúde da população indígena e tem como base a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. As populações indígenas são atendidas por subsistemas do SUS, com equipes que circulam nas aldeias indígenas prestando cuidados primários.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a comunidade indígena possui maiores níveis de mortalidade infantil e materna, desnutrição, doenças cardiovasculares, se

comparadas à maioria da população brasileira. Além disso, esses dados demonstram que os indígenas possuem uma expectativa de vida de 20 anos menor que a média. Constata-se no CadÚnico que apenas 4% da população indígena é idosa.

Os indígenas enfrentam problemas como a falta de saneamento básico e a dificuldade de acesso aos serviços públicos, devido à infraestrutura e à logística de ações. Uma significativa parcela das aldeias indígenas não possuem atendimentos específicos (odontológico, geriátrico, etc) o que leva a população desses territórios a buscar atendimentos como qualquer outro cidadão nos centros urbanos.

Esses povos possuem uma cultura medicinal que precisa ser respeitada e compreendida. Seus saberes foram adquiridos ao longo dos séculos e não podemos apenas impor a medicina ocidental a eles. É necessário um atendimento que os compreenda integralmente e possibilite a melhoria das condições de vida das famílias.

Quanto à educação, o CadÚnico demonstra que dentre os indígenas cadastrados 73,5% não possuem a educação básica completa e apenas 0,33% possuem curso superior. De acordo com a Política de Educação Indígena, eles possuem o direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária. Porém, em muitas aldeias os indígenas não recebem o material de didático em suas próprias línguas e muitos elementos utilizados para

dar exemplo não fazem parte de seu mundo ou experiências; não dialogando com a realidade dos povos ou misturando a cultura de uma etnia com a outra, sem diferenciação entre elas. Outro ponto importante é a adequada formação dos professores, sem eles não adianta apenas um material didático apropriado.

Atualmente, existe processo seletivo para graduação diferenciado para a população indígena, na qual há a reserva de duas vagas por curso destinado a essas pessoas, porém a procura é baixa. Isso se dá devido às dificuldades que os índios têm em avançar no ensino básico e médio. Além disso, as dificuldades financeiras (custeio do material, da moradia fora de suas aldeias, etc) enfrentadas pelo estudante indígena prejudica a continuidade de seus estudos; sem contar o preconceito que eles enfrentam. Em maio de 2013 foi criado pelo Governo Federal, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Programa Bolsa Permanência no valor de R\$ 400 reais mensais para que o estudante permaneça fora de sua aldeia e cidade durante o período letivo.

Conforme dito, a integração da rede socioassistencial e a articulação intersetorial possibilita o atendimento dos indígenas respeitando a sua integralidade. Garantir espaços de participação e construção nas políticas é indispensável para a garantia dos direitos da população indígena e para reconhecer suas

potencialidades e compreender suas vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL INDIGENISTA. As comunidades indígenas em Minas Gerais. Disponível em: http://www.anai.org.br/povos_mg.asp. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Guia de Cadastramento de famílias indígenas: Cadastro Único para Programas Sociais. Disponível em: <file:///C:/Users/x17692126/Downloads/Guia%20de%20Cadastramento%20de%20Famílias%20Indigenas.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BRASIL. Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/areas/urbanistico/arquivos/manuais_orientacao/manual_cadastro_unico.pdf. Acesso em: 11 abr. 2017

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Programa de Bolsa Permanência. 2017. Disponível em: <http://permanencia.mec.gov.br/>. Acesso em 12 abr. 2017.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

BRASIL. Orientações técnicas: trabalho social com famílias indígenas. Proteção social básica para uma oferta culturalmente adequada. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016. Disponível em: http://compas.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/8/2014/11/OrientacoesTecnicas_TrabalhoSocialcomFamiliasIndigenas.pdf. Acesso em: 05 maio de 2017.

BRASIL. Resolução CNAS 33 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica

do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Conselho Nacional de Assistência Social, 2012.

BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, 2009.

Dificuldades afastam índios dos estudos. 13 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/26388>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Educação escolar indígena. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena?start=7#>. Acesso em: 11 abril. 2017.

MENEGUELLI, Gisella. Os desafios da educação indígena no Brasil. Disponível em: <https://www.greenme.com.br/informarse/povos-da-floresta/3254-educacao-indigena-brasil>. Acesso em: 11 abr. 2017.

MINAS GERAIS. Caderno de Orientações: a prevenção e o trabalho social com famílias na Proteção Social Básica. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Os povos indígenas são um terço dos mais pobres do mundo e sofrem com condições alarmantes em todos os países. Rio de Janeiro: Centro Regional de Informação das Nações Unidas, 2010. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/27161-os-povos-indigenas-sao-um-terco-dos-mais-pobres-do-mundo-e-sofrem-com-condicoes-alarmanentes-em-todos-os-paises>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PORTAL NORDESTE SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. Índios lutam por dignidade e acesso à saúde de qualidade, 2013. Disponível em: <http://dssbr.org/site/2013/04/indios-lutam-por-dignidade-e-acesso-a-saude-de-qualidade/>. Acesso em: 11 abr. 2017.